

## ESTRATÉGIAS DO PODER

Luci Léa Lopes Martins Tesoro\*

Pode-se dizer que a construção do imaginário social passa pelas estratégias do poder. Mesmo que de forma enviesada, estas interferem, direta ou indiretamente, nas tendências do cotidiano, não só no que tange aos interesses políticos como, também, a outros componentes sociais: comportamentos, aspirações, sonhos, desejos, sentimentos, valores, crenças, idéias, realizações.

Por essa ótica as estratégias do poder atuam como um diapasão da síntese histórica definida nos parâmetros da História do cotidiano. E, aqui, neste estudo, especificamente, objetiva-se a análise da História do cotidiano dos pioneiros de Rondonópolis, tendo como pano de fundo as fases do povoamento e do crescimento econômico, demográfico e urbano do Município até 1980.

Assim, o texto que se segue nasceu interligado por um cordão umbilical intestino a um projeto mais amplo e com endereço certo: "RONDONÓPOLIS-MT: UM ENTRONCAMENTO DE MÃO ÚNICA", Lembranças e Experiências dos Pioneiros (tese de doutoramento e livro do mesmo nome, publicado em dezembro de 1993, após sofrer uma adaptação facilitada que, em parte, eliminou os moldes formais da discussão acadêmica sem, contudo, perder de vista a sua essência).

Vamos ao texto!

Rondonópolis transformou-se num "*entroncamento de mão única*", parada exclusiva dos bem-sucedidos donos do capital: empresários, grupos agropecuários e classe dos grandes produtores rurais. E é essa minoria que se permite desfrutar das novas técnicas de produção e do conforto e comportamento propiciados pelo *status* burguês; o restante, uma população anônima, que, com seu trabalho, também é forjadora do crescimento da cidade, porém sem atinar que é apenas espectadora do progresso que nela acontece, pois não lhe é reservado saborear a sua "fatia do bolo". É, sem dúvida, a concretização do mito do progresso a qualquer custo ...!

Nesse contexto, fica claro e patente que aqueles que têm os meios de produção e o capital podem dispor das estratégias para controlar e deter o acesso à riqueza de arrendatários, meeiros e volantes assalariados que estão a eles vinculados. Por outra, sabe-se que o Estado deu condições para que essa "elite" se estabelecesse na região de Rondonópolis, não apenas para instalar uma ordem econômica que lhe fosse vantajosa, mas, sobretudo, conseguir reproduzir a ordem social dominante — fazer, em última instância, com que a fronteira econômica coincidissem com a fronteira política.

Porém, como afirma Michel Foucault: "Se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado (...) , além do que, o poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os *circuitos da exploração* se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros. (...) De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, e muito mais ambíguos, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder".

Isso não implica diminuir a "importância e a eficácia do poder de Estado", mas, sim, que muitos "mecanismos e efeitos de poder", embora sustentem e reproduzam o aparelho de Estado, necessariamente não passam diretamente por ele. Constam neste capítulo alguns elementos inconscientes de dominação como, por exemplo, o micro-poder em destaque no caso da expulsão das prostitutas do centro da cidade e os

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UPMT) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) - Campus Universitário de Rondonópolis (CUR) - Rondonópolis - MT.

efeitos da dominação e do controle social sobre os bororo, ou ainda o modelo de urbanização local, a importância da cor partidária e dos partidos políticos.

No caso específico do aparelho de Estado, este visa a assegurar a organização social voltada para a produção de riquezas, de modo a tentar convencer os cidadãos a incorporar tais valores. Para tanto, o aparelho de Estado não pode dispor apenas de mecanismos repressivos — baseados em constantes proibições, no abuso da força de um regime autoritário que legisla por decretos-lei e tolhe a participação do trabalhador a partir do corporativismo e na política intervencionista nos sindicatos de classe — como no período dos governos militares, por exemplo. Caso o fizesse, o Estado não conseguiria se manter e ser aceito muito tempo pela coletividade. Mais do que tudo, o poder do Estado tem de irradiar uma verdade imanente que passe a sua intenção de gerir corretamente a população, os seus bens e riquezas; e isto é possível graças aos dispositivos básicos de segurança por ele acionado e que visam a tornar o homem um ser "útil e dócil" para o sistema — máxima da função do poder do Estado, segundo a teoria de Foucault.

É sob esse prisma — de docilidade e utilidade do homem — que se vinca a gênese das práticas governamentais em Mato Grosso, desde a campanha da Marcha para o Oeste dos anos 40 até a proposta de modernização do campo dos governos pós 64. Em todo esse período, sob os auspícios de um capitalismo autoritário, realiza-se o casamento perfeito da política colonizadora com a industrialização, onde os cidadãos, considerados como "capital humano", deveriam ser inteligentemente aproveitados para a produção de riquezas no *hinterland* do Centro-Oeste; portanto, desmobilizados dos grandes centros e controlados sob o pretexto de um completo saneamento rural e urbano.

À mercê de uma temática de divulgação enganosa, os colonos foram atraídos por promessas de propaganda ideológica efetuadas por meio da imprensa, que garantia estar naqueles espaços vazios a chance do eldorado esperado por todos eles; uma imagem mítica ligada à representação de riqueza que lhes afigurava como única forma de garantir o futuro dos seus. No imaginário social dos migrantes, o eldorado representava ainda um lugar de fartura e trabalho que, além de um projeto concreto de vida, dispunha também de um conteúdo lúdico que dava significado mágico ao sonho que acalentavam.

No caso de Rondonópolis, atrás desse mito, deslocou-se um expressivo contingente populacional (principalmente dos Estados do ciclo da seca), em busca da grande oportunidade das suas vidas... A Cia. Noretama, de Marília (SP), em 1947/48, foi a responsável pela vinda de mais de cinquenta famílias, trazidas por caminhões da empresa, para serem despejadas no local de destino e, em seguida, abandonadas à sua própria sorte! Esses forasteiros só não morreram de fome graças ao socorro prestado pelo Governo do Estado, numa importante estratégia de fixá-los para tentar a colonização e o povoamento da região. Isto se realizou na proporção em que o Estado procedeu à doação de terras a todos que as requisitavam, assumindo, assim, o controle da política de ocupação local. Com tal atitude, o governo estimulou que se pensasse que o espaço estaria sendo democratizado, fato que fez aumentar no colono a esperança de que as coisas finalmente começavam a tomar novos rumos... Entretanto, o que as pessoas não percebiam era que o processo de colonização implantado não afetava em nada a situação fundiária vigente, já que as grandes propriedades se mantiveram intactas e somente foram ocupadas as terras devolutas do Estado, incluindo grande parte do território bororo (hoje os bororo ocupam apenas 0,1% do antigo território).

De qualquer modo, o governador Arnaldo Estevão dava mostras de que estava fazendo alguma coisa e que era confiável, e, portanto, a população deveria corresponder com o seu trabalho ordeiro, para não só melhorar de vida, mas fazer a prosperidade do local, sem contar que, agindo assim, promoveria o engrandecimento do país.

Nesse contexto estão presentes simultaneamente as representações de dois tipos de mitos: o mito do Brasil grande e o mito do trabalho.

*O mito do Brasil grande* está embasado no apelo ao patriotismo e no ufanismo nacionalista, o forte do discurso estadonovista, dos militares e também, em parte, do projeto de construção de um Brasil Novo da política de Juscelino Kubitschek, na medida que justifica plenamente a auto-afirmação das estratégias adotadas por aqueles governos. A tal ponto, que tentaram confundir a opinião pública de que na técnica do crescimento econômico estava embutida a premissa do bem-estar social, e que a segunda acompanhava necessariamente a primeira, cujo sucesso em muito dependia da co-responsabilidade de todos os cidadãos.

A mensagem assinada por um grupo de comerciantes de Rondonópolis, publicada pela imprensa local em 1970, é uma prova de que esse discurso foi muito bem engendrado e que atingiu diretamente a *psiquê* da população. Ela levava a crer que:

*"O nosso bem-estar e o bem-estar de nossa pátria só serão conseguidos com o esforço e o trabalho de cada brasileiro. Tenha otimismo!!! Tenha confiança em nosso governo!!! Tenha fé no futuro de nossa pátria!!! Tenha fé em Deus !!! O solo é a pátria; cultivá-lo é engrandecê-lo. AVANTE Brasil!"* (Tribuna do Leste, Rondonópolis 27/9/1970).

A fim de manter vivo o "fogo" do patriotismo no espírito dos homens da terra, e para que estes reconhecessem o trabalho do Exército e passassem a vê-lo com simpatia e proximidade, foi criada a CISO (Ação Cívico Social do Exército) que, esporadicamente, oferecia assistência médico-dentária, gêneros alimentícios, medicamentos, reparos em prédios de escolas públicas e outros. O coronel Oswaldo Figueiredo afirma:

*"Aqui em Rondonópolis, por ocasião das manobras feitas pelos soldados do 9º. RM, tivemos dias de movimento em franca demonstração de civismo epatriotismo. (...) Nessa ocasião, em colaboração com a Unidade Sanitária local, fizemos uma surpresa aos leiteiros, apanhados na calma da madrugada ao amanhecer, quando fizemos um exame ligeiro nos leites. Dos dezesseis leiteiros que vendem esse precioso alimento, quinze tinham brucelose e todos com água Çbatizadocomo se diz na gíria); só não encontramos peixinho, como já aconteceu com uma senhora".* (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 16/3/1971).

Assim, através de medidas cívicas e assistencialistas, a CISO promovia um contato efetivo do Exército com os moradores, permitindo-lhe obter informações importantes para efeito de controle disciplinar sobre todos.

Para preservar o clima de tranqüilidade e confiança no "trabalho de reconstrução nacional" — que representava a máxima do mito do Brasil grande dos governos militares — o Estado se apoderou principalmente do monopólio da emissão das informações, incutindo ondas de palavras e imagens, representações globais da vida social que a imprensa, o rádio e a televisão passaram a veicular; também a Igreja e a Escola trataram de fazê-lo. A Igreja, quando não apresentou resistência ao discurso do Governo e nas vezes em que até tirou algum partido da situação; e a Escola, a partir do momento que incorporou os valores do conteúdo de Educação Moral e Cívica e de organização Social e Política, disciplinas obrigatórias no currículo dos I, II e III graus.

Dessa forma, segundo Baczko, estavam assegurados, em instâncias variáveis, o controle do imaginário social, sua reprodução, difusão e manejo, que permitem obter resultados práticos desejados, canalizar as energias, orientar as esperanças.

*O mito do trabalho*, no discurso do Estado, corresponde à idéia de que todo trabalho tem de ser produtivo, disciplinado e estar adstrito a padrões sociais resultantes de um senso comum, baixado pelo regime de verdade, instituído na ordem social; regime que produz efeitos coercitivos e poder de estipular a conduta a ser seguida.

Em Rondonópolis, prevalecia a regra de que "o trabalho dignifica o homem" e que somente quando o indivíduo não trabalhasse direito na terra é que esta não produziria; estava disseminada na região a idéia de que a terra daqui era boa e que "em se plantando, tudo dá". Ou seja, entre as normas, permeava o fato de que o trabalho é a grande saída para vencer na vida, e que o fator competência confere poder ao indivíduo com maior conhecimentos técnicos de plantio; tecnologia que nos anos 70 se tornou um meio moderno do saber, de conquista, de controle, de poder dos grandes proprietários agropecuaristas, utilizado como instrumento de dominação política sobre os trabalhadores rurais (nem sempre os grandes tinham consciência disso). Nesse ambiente, conclui-se que a tecnologia capitalista sobreprotege os interesses da reprodução do capital, que sobrevive à custa da super-exploração do trabalho.

Em contraposição a isso, no intuito de esconder as reais premissas desse jogo, o Governo passa a produzir um discurso político sobre a racionalização da ocupação produtiva da terra, do bem-estar social dos cidadãos e da importância do mito da fertilidade da terra, para tentar anular a força política do trabalho como determinante da produtividade do sistema e cumprir os seus propósitos de tornar o agricultor um homem "útil e dócil".

Essa tática produziu efeitos bastante convincentes, a ponto de exercer um completo domínio sobre a produção do imaginário social dos trabalhadores rurais de Rondonópolis, que não conseguiam sequer se aperceber de que estavam sendo manipulados, explorados em prol de uma causa que não era a deles. Para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade:

*"Nossa nação está sendo sacudida pelo gigantesco programa Transamazônica, do Prodoeste e do Proterra, na fecundação do homem-pátria, na valorização e conquista dos trabalhadores rurais (grifos nossos), na grandeza desse Brasil imenso"* (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 31/3/1973).

E ainda:

**"Pode o prezado lavrador reconhecer que no momento os Poderes Públicos, especialmente o Governo federal, através de seus diferentes órgãos representativos, está empenhado numa campanha de valorização do lavrador"** (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 27/9/1970).

Por outro lado, esse processo de sujeição do homem do campo pode ser explicado através de outros mecanismos que não passam diretamente pelo poder do Estado, embora também contribuam para sustentá-lo e reproduzi-lo. Sobre isso, Sidney Chalhoub é muito claro: "Existem elementos na visão de mundo da classe trabalhadora que a transforma, em certos aspectos, em agente inconsciente de sua própria dominação".

Um exemplo típico está relacionado à representação do mito do destino, que submete implacavelmente as pessoas, arrastando-as a situações indesejadas, contra as quais não lutam e a elas se acomodam. E o caso de grande parte dos colonos que aceitaram as dificuldades encontradas na nova terra, concebendo-as não como resultado da espoliação imposta pelo sistema capitalista de produção (que muitos deles não entendem, não sabem do que se trata), mas com resignação, acostumados que sempre estiveram com os reveses da vida. Num ato de completa submissão, estes só sabem agradecer a oportunidade de acesso ao pequeno lote de terra conseguido, chance do arrendamento, ou ainda àquele trabalho assalariado que o progresso lhe tem propiciado.

O Sr. Marcelino Gomes dos Santos, um dos entrevistados, quando aborda sobre as dificuldades e os desconfortos da vida diz:

*"O certo é que pejejei, trabalhei muito, tentei em vão contra a mão forte do dinheiro que nunca gostou de mim. Tá certo que eu não seja um ambicioso desmedido (...); acredito que o problema está em que nunca tenha conseguido ter um início, o mínimo que toda pessoa precisa para ir pra frente, pra deslanchar; por isso continuo ainda sendo um carroceiro".*

Já o Sr. Abelino Cardoso de Souza, conformado por não possuir nem uma casa para morar, é de opinião que sempre só ganhou o bastante para o pão de cada dia:

*"Sou consciente de que a pessoa que não tem a 'graduação na caneta' tem que se submeter em ganhar pouco, mas isso não justifica ser relaxado no serviço; a gente tem que dar o mais e o melhor possível".*

Esta é uma situação concreta em que se acha embutido o poder coercitivo dos padrões do trabalho e os efeitos do seu controle disciplinar.

Em se tratando de moralização, existiram alguns movimentos em Rondonópolis que não só marcaram época na cidade, mas que comprovam o fato de que realmente o poder funciona numa relação de força e se exerce em rede contínua, penetrando no cotidiano e se caracterizando por isso em micro-poder ou sub-poder (termos e conceitos utilizados por Foucault).

O movimento contra a prostituição explícita no centro da cidade mobilizou toda a opinião pública e fez muito barulho. Durante algum tempo os meios de comunicação noticiavam:

*"Pessoas idôneas solicitam uma imediata e enérgica providência das autoridades responsáveis, quanto à invasão de mulheres prostitutas no centro da cidade"(TvVoxma, do Leste. Rondonópolis, 16/7/1970).*

*"As famílias de Rondonópolis fazem um apelo ao Sr. Prefeito Municipal e demais autoridades; que escolham um lugar acolhedor para essa classe (das prostitutas), a fim de devolver a salubridade moral das famílias que constroem o futuro da nossa cidade através de seus filhos, que não devem continuar em face dos presentes exemplos" (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 14/9/1970).*

*"O Dr. Sérgio Martins Sobrinho, M.M. Juiz de Direito da 2a. Vara de Rondonópolis, tem de tomar enérgica medida quanto à existência do baixo meretrício na zona urbana da cidade, devendo a mesma deixar de existir no prazo de 120 dias, e que estas edifiquem novas casas na área já estabelecida pela Prefeitura Municipal (...), considerando que é um fato real e social a exigir disciplinamento da coletividade e dos menores" (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 31/1/1971).*

*"Mundanasproliferam e atacam seminuas, além dos centros comerciais, o cinema, jardim, clubes, etc. ..." (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 14/5/1972).*

*"O dia em que o meretrício parou: 22 meretrizes foram presas por não estarem devidamente documentadas" (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 20/8/1972).*

Nessa série de artigos constata-se que, a pedido de "pessoas idôneas" e para "devolver a salubridade moral das famílias que constroem o futuro da cidade", fazia-se necessário que a ZBM (como é conhecida a zona do baixo meretrício da cidade) fosse mudada da zona urbana central, visando, segundo o juiz, a "exigir disciplinamento da coletividade e dos menores". No entanto, como a Prefeitura não tivesse providenciado a construção das casas em outra área, elas acabaram se afastando apenas algumas quadras do lugar antigo, mas continuaram "proliferando e atacando seminuas", fato constatado pela população e respondido pela polícia com prisão de muitas meretrizes, a pretexto de falta de documentação: "dia em que o meretrício parou".

Nessa seqüência de medidas, de atitudes contra as prostitutas e sob o aval dos moradores, concretizava-se de forma direta o controle social sobre um determinado grupo de pessoas, a fim de coordenar seus gestos, dirigir seu comportamento, numa relação de força que percorria todo o organismo social: funcionários da imprensa falada e escrita, famílias "idôneas" e "não-idôneas" (mas que não tinham familiares na prostituição), donos de estabelecimentos em geral, transeuntes, autoridades como o juiz, o delegado, os policiais, membros da Igreja, etc. Todos os defensores da moral e dos bons costumes formaram uma rede contínua, onde cada um se tornou um veículo receptor e transmissor de poder de opinião, de julgamento, de decisão, que gerou outros tipos de controle (uma vez mais sobre as prostitutas, sobre os menores e, ainda, direitos de "disciplinamento" impostos às mulheres e coletividade em geral).

Quanto às formas de segregação empreendidas pela população contra as prostitutas, o Sr. Wilson de Oliveira Nogueira comenta uma bastante curiosa:

*"Aqui transitavam as charretes de roda de pneu, mas logo ficaram malvistas, porque as 'mulheres alegres proibidas pela polícia de transitarem livremente, eram obrigadas a utilizá-las para vir às compras, o que poderia acontecer tão-somente uma vez por semana. Então, os charreteiros enfeitavam tanto os seus veículos de plumas e de balangandãs para trazer as suas freguesas que criou-se o preconceito — as charretes passaram a ser chamadas de 'balainho de carregar puta', e as famílias não mais quiseram saber delas".*

Dona Delvita de Carvalho relembra algumas regras e disciplinamentos impostos às mulheres em geral, como pretexto de salvaguardar a família rondonopolitana:

*"Teve uma época, de 67 a 70 — ou um pouco mais, não me lembro ao certo —, que a polícia pegava as moças que andavam pelas ruas após as dez da noite; elas eram fichadas e em seguida levadas para o cabaré. Então, por causa disso, eu cansava de falar para as minhas filhas não ficarem conversando pelas ruas quando viessem da escola. Só as alunas que tivessem de uniforme e livros na mão é que não seriam levadas e fichadas; e por isso foi que o uniforme escolar passou a ser coisa obrigatória. Eu conheci muito nego de dinheiro que gastou uma nota preta para tirar a filha da delegacia. (...) Mulher 'séria' que passasse pela rua não poderia conversar com qualquer um, não! Precisaria de conhecer; caso contrário, seria mal falada também".*

Dona Terê (pseudônimo de uma das entrevistadas) vai mais longe e relata a sua própria experiência, demonstrando o quanto a sociedade estava impregnada do mito castrador machista:

*"Quanto à sociedade, havia uma cobrança muito grande da moral e da virgindade, por exemplo. Tanto assim que, depois que 'eu me perdi', passei a ser considerada uma pessoa escusa. Meu pai não me aceitou mais em casa, e eu passei uns meses na casa de uma amiga até que as coisas esfriassem. Em seguida, aos dezessete anos, me amasiei com um homem que, apesar de viúvo, não se casou comigo. O mais interessante é que para o convívio social isso não importava, desde que a mulher estivesse acompanhada e 'protegida' por um homem: ter um macho por perto era o que realmente dava status à mulher. Pensando assim, quantas delas se submeteram ao casamento e aceitaram a condição de mulher-objeto? Elas se calavam, mas isso não significava que concordavam com aquela situação; apenas não sabiam como se libertar... por exemplo, do fato dos maridos viverem constantemente na 'zona' ou de ter amantes!"*

Porém, nesse ambiente de relações de força, foram os bororo os que mais sofreram os efeitos da dominação e do controle social. Até os anos 60, eles moravam bem próximos à cidade, do outro lado do córrego Arareau e do rio Vermelho, e tentaram resistir ao processo de urbanização, quando então as ruas passaram a ser demarcadas e eles foram sendo empurrados mais para dentro das matas. E Dona Dalva Teixeira Gouveia quem ilustra essa observação:

*"Tinha período em que os bororo passavam a noite inteirinha cantando aquelas 'modas' deles, batendo as 'budunas' no chão, num empenho pra que a gente fosse embora. (...) Com aquela gritaria toda, os moradores se dirigiam pra casa do Sr. Jacinto — cuiabano velho que havia sido inspetor de índios e entendia a língua deles — e lhe pediam que fosse conversar com os índios; ele ia e em seguida esses se acalmavam".*

Dona Dalva relembra ainda que:

*"Até mesmo o marechal Rondon, quando viajava pra Rondonópolis, aconselhava os índios pra que deixassem os brancos morarem ali, pois seria melhor pra todos. Resultado: foi indo, aos poucos eles se acomodaram e não mais se importaram com a nossa presença, e tornaram-se até nossos amigos".*

Nesse meio tempo, a sociedade rondonopolitana, queixando-se da preguiça dos bororo que tinham muitas terras, mas as utilizavam muito pouco para a lavoura e, ainda, empunhando a bandeira da civilização, passou a invadir as terras deles, que foram obrigados a se contentar tão-somente com aquelas demarcadas pelo Governo nas reservas próximas de Tadarimana e Sangradouro.

Mostrando-se contrariada com os interesses dos moradores, Dona Dalva é de opinião que:

*"Se os bororo plantavam pouco é porque têm costumes diferentes dos nossos; e esse fato puro e simples não era motivo para que a gente pudesse ter cortado os seus terrenos, que eram deles e pronto! Mas o branco não quis saber disso não ...".*

Segundo a entrevistada, já faz vinte anos ou mais que os indígenas pararam de conviver com a cidade, rechaçados que foram, ao longo dos anos, pelos moradores que os discriminavam em nome dos preceitos de civilidade, imputando-lhes cognomes vis, como os de preguiçosos, bêbados, mulambentos, sujos, bichos desalmados. Eles foram postos de lado igual a objeto descartável e desprezível, de modo que foram perdendo espaço e garantias de sobrevivência na região.

*"Os que a gente por acaso encontra se acham todos magrinhos, bêbados, caindo pelas tabelas; os costumes e a convivência com os brancos acabaram com os pobrezinhos! (...) Antes, os bororo eram fortes, corados, bonitos. Quem não se lembra do Malagueta? Traziam os peixes no cipó, em fileira e amarrados na cintura, e trocavam por sal e outras coisas, até que começaram a vir todos os sábados, se reunindo na quadra onde hoje está o EEMOP, pra farrear, beber pinga, pra fumar, e isso acabou com eles. Eu sei que, aos poucos, os bororo foram sumindo, foram se acabando com tuberculose, varíola, caxumba, sarampo, sendo que muitos deles ficaram aleijados, mancos, mortos de fome, foram morrendo ... Dos que sobraram, quando viram que não existia mais nada na região para caçar e pescar, se afastaram paca & reserva".*

Mesmo quando se achavam entrosados com os moradores, os bororo só podiam circular mediante algumas condições que eles tinham de cumprir. Dona Delvita Carva-

lho se lembra de que os índios costumavam brincar debaixo da mangueira que havia na Avenida Marechal Rondon:

*"Ali dançavam como faziam na aldeia: eles se colocavam um atrás do outro, em roda, e faziam uma grande quadrilha; era muito engraçado. Como viessem sempre nus, com as vergonhas toda de fora, as pessoas de bem da cidade acharam que eles deveriam vir vestidos. Então, o Sr. Josias e o Sr. Barriga, entre outros, compravam chitão e mandavam fazer vestidos para as mulheres bororo — geralmente tinham golas, mangas curtas e costurados sem modelo nenhum —, enquanto os homens passaram a usar calça e camisa comum. Mas todos eles andavam sempre sujos e nunca calçavam sapatos".*

Só abrindo um parênteses a título de observação, é interessante notar que, salvo o Sr. Bittencourt e um ou outro pioneiro, os demais pouco ou nada tinham a contar sobre os bororo, enquanto a maioria das entrevistadas conseguiam se lembrar, com requintes de minúcias, fatos sobre a presença deles na cidade. Considerando que as pessoas só retêm dados e detalhes do cotidiano que lhe são realmente significativos e que estes projetam a transparência do imaginário, pode-se concluir que as atitudes supracitadas sejam o reflexo do transbordamento do espírito prático dos homens, em contraposição ao romantismo e à sensibilidade das senhoras, muito mais afeitas a outros tipos de causas; talvez expressem, ainda, um gesto inconsciente de solidariedade aos "primitivos" que, da mesma forma que elas, não compõem o eixo central dos acontecimentos, fazem parte das minorias, dos excluídos da História...

Dos marginalizados da História, destacam-se também as pessoas humildes, de baixo ou nenhum poder aquisitivo, que abarcam a maior parte da população, que constroem anonimamente, com o seu trabalho, a pujança do progresso local. Contudo, ela é impedida de desfrutar do conforto a este subjacente, sobretudo quando é empurrada para além da zona central urbana; fato corriqueiro, resultado não só da crescente valorização do metro quadrado dos terrenos, mas que se segue também por conta de outro mecanismo de controle relacionado ao modelo de urbanização vigente.

A afirmação do Sr. Daniel Martins Moura vem exatamente ao encontro dessa idéia:

*"Com o tempo, vem o rico, compra o casebre do pobre, constrói um prédio e o expulsa para a periferia. Desse modo cresceu e cresce Rondonópolis".*

Permeando ainda os micro-poderes locais, vigorava e vigora um esquema de sujeição e interferência simultâneas sobre os dispositivos estratégicos gerais que elevam ainda mais a eficácia do poder do Estado.

Um caso concreto é o sistema político vigente, que apresentava uma conexão direta entre as três esferas do poder institucionalizado: a municipal, a estadual e a federal. Isto implica dizer que, até 1980, em Rondonópolis, a cor partidária é que estabelecia o quadro de funcionários públicos, organizava a vida pública, "dava as cartas", a bel-prazer das lideranças políticas, exercendo uma pressão e um controle sobre seus opositores e a coletividade em geral.

Dona Arolda Duetti Silva, professora e vereadora, é que afirma:

*"Os problemas das rixas que aconteceram comigo no decorrer da minha vida pública e profissional estiveram intimamente relacionados à minha cor partidária — estava eu muito exposta na linha de frente, como oradora oficial da ala feminina do PSD. Portanto, no Mato Grosso, no período em que assumia um governo udenista, eu era uma das primeiras a ir para a rua e, readmitida de imediato, quando da recondução do PSD ao poder. Essa prática era muito comum no meio político, por parte de todos os*

*partidos majoritários, de modo que ninguém estranhava tal fato. (...) Somente depois de concursada é que não puderam mais exonerar-me das minhas funções".*

O próprio progresso econômico e a marcha do processo de urbanização supõem e exigem ampla base de apoio organizado nos quadros "oligárquicos e clientelistas" da política nacional, num rodízio que segue o período de duração máxima de cada governo. A política distributiva era quase um sinônimo de cartorialismo e cabide de emprego.

Em Mato Grosso, como no resto do país, têm prevalecido os arranjos, e "arranjos partidários" por excelência, numa tal fusão que se assemelha a uma "vitrine ideológica de pouco significado real" — segundo Joseph Love —, porque o personalismo se sobrepõe a tudo.

Nessa ordem de fatores, os partidos políticos perdem toda a sua força de representação, se desmembram e mudam de nomenclatura, tantos quantos são os interesses em jogo. E a luta pelo poder corrompido e corrompedor, mas acima de tudo o poder.

Num estudo específico sobre as elites políticas de Mato Grosso até 1964, Maria Manuela Renha de Novis Neves faz a citação de um político que ela entrevistou e que vem ao encontro do assunto discutido: "Confronto? Não, aqui sempre prevaleceu a política do arranjo (...), sempre houve acertos a nível de cúpula. (...) Filinto do PSD sempre se acertou com Fernando Correia e a UDN. (...) Nunca houve maiores conflitos (...), pelo contrário, a UDN ficou feliz da vida quando surgiu a ARENA e todos puderam votar no Filinto para o Senado. (...) Toda a UDN fez campanha para o Filinto (...); lá no sul foi uma consagração. (...) Na ARENA, a UDN em peso foi filinista".

Em Mato Grosso, sabe-se que a UDN e o PSD tinham forças equilibradas, de modo que sempre coube ao PTB, como terceira força política, decidir a sorte das campanhas eleitorais como, por exemplo, a de Arnaldo Estevão, a de Fernando Correia e a de João Ponce.

Como uma extensão das instâncias federal e estadual, as manobras políticas locais se multiplicavam nos bastidores da Câmara dos Vereadores, ao sabor dos interesses particulares ou partidários, como narra a vereadora Arolda:

*"Acontece que, diante de uma maioria pedessista, o prefeito Castilho, udenista, teve muitos problemas para conseguir administrar a contento. Era ele apresentar algum projeto de saneamento (como água e esgotos), e a Câmara vetava para que, não conseguindo concretizar nada, Castilho fosse visto como mau prefeito e, assim, além de queimar-se, comprometeria o seu próprio partido em futuros pleitos".*

Foi justamente por não concordar com esse esquema que Dona Arolda se desiluiu e nunca mais aceitou candidatar-se a qualquer cargo político que fosse. Diz ela:

*"Preferi ficar de fora a violentar os meus ideais".*

Do mesmo mal reclama o Sr. Daniel Moura (primeiro prefeito):

*"Hoje sou descrente da política. (...) Posso dizer que existe muita corrupção por aí...".*

Na política local da época, disseminavam a disputa e a discórdia, onde as eleições pareciam muito mais um "palco de guerra" e, mesmo fora delas, o ambiente era de um permanente confronto de prestígios, num jogo de relação de forças sem fim.

A Ir. Maria Ossemer narra um episódio que revela bem a mesquinhez da mentalidade política existente e o poder de influência e decisão da coletividade como um todo:

*"Um pequeno grupo, respondendo a não sei que tipos de interesses, conseguiu através do secretário da educação da época a exoneração das ou-*

*tras três Irmãs do colégio, sob a alegação de que estivessem politicando na escola — até hoje não sei por que me excluíram —, mas, em sinal de protesto e em solidariedade a elas, me recusei também a dar aulas. O tumulto demorou quase dois meses, período em que as pessoas revoltadas da comunidade passaram a telegrafar ao Governador, indo até pessoalmente falar com ele, pedindo a volta às aulas e a readmissão das professoras. A população se propôs a pagar as irmãs e o fez no primeiro mês. A normalidade voltou em seguida, ocasião em que as três irmãs foram renomeadas e passaram a receber os seus salários até com efeito retroativo. O mais interessante é D. Vunibaldo, nosso bispo, manteve-se neutro e não se meteu nessa questão".*

Em meio a esses desmandos, a população reivindicava muito pouco ou quase nada,

*"não tinha consciência da sua importância na participação do processo decisório",*

lastima Dona Arolda, em tom consternado. População esta acostumada que estava à submissão e ao não-exercício pleno da sua cidadania.

*"O que observamos é que impera ainda o voto de cabresto, o voto comprado, posto em prática obviamente pelos 'donos da situação'. Se nos perguntarem 'O eleitorado é esclarecido?', responderemos afirmativamente, abrindo um parêntese para a máxima 'em toda regra há exceção'..."* (Tribuna do Leste. Rondonópolis, 12/11/75).

Depois de 64, a opinião pública foi cooptada pelo poder do Estado a ponto de somente em 30/11/1975 ter aparecido pela primeira vez num órgão de imprensa local (Tribuna do Leste) uma crítica à Revolução:

*"O deputado Antônio Carlos de Oliveira, do MDB mato-grossense, criticou o caráter punitivo da Revolução de 64, afirmando que somente no Governo Castelo Branco mais de três mil brasileiros foram punidos pelos atos de exceção. Ele faz também um comentário sobre o baixo nível de salário vigente no país, mostrando a diferença entre o Brasil real e o Brasil ideal".*

Também nos governos militares, os trabalhadores em geral foram manipulados pelo poder de Estado que os manteve sob total dominação e vigilância disciplinar a partir de Decretos-lei, eleições indiretas, corporativismo, intervenção direta nos sindicatos de classe, etc. O Sr. Valfredo José Gonçalves, atual presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores e antigo filiado da associação, comenta:

*"Um fato curioso, mas importante, é que tanto a FETAGRI — Federação dos Trabalhadores da Agricultura, em Cuiabá, quanto qualquer sindicato municipal, quando efetuava uma assembléia, eram obrigados a publicar um edital onde aparecesse a pauta da reunião, e este deveria ser enviado para o Ministério do Trabalho. Também deveriam ser enviados a esse ministério cópias do balanço financeiro destas associações, prestações de contas do sindicato e cópia das atas das assembléias. Sem dizer que ainda era de praxe a presença de um representante do SNI — Serviço Nacional de Inteligência em todas as referidas assembléias*

Segundo o Sr. Valfredo, o poder discricionário do Estado foi o responsável pelo fechamento do seu sindicato — criado em 1962, começava a ser reativado em 1964, quando foi cassado pela revolução, e só novamente pôde ser reestruturado em 1972.

Nesse meio tempo, desapareceram com o arquivo e a documentação, e os seus dirigentes — segundo Dona Waldira Cavalcante — precisaram fugir para não serem presos. Diz ela:

*"Na época: eu é que fui avisar ao Agenor Mandioca sobre o Golpe de 64, em notícia que havia escutado no meu rádio de pilha. Mesmo assim, o Rosalvão (Rosalvo de Matos) foi preso, mas só por uns dias. Da mesma forma, prenderam, em Corumbá, por dois meses e meio num navio, o Amorésio de Oliveira —presidente do Partido Comunista em Mato Grosso, e com residência em Campo Grande; isto depois dele ter permanecido por uma semana dentro de um matagal, sem comer, sem nada, o que o levou a entregar-se".*

O Sr. Bittencourt Esteves que, como Dona Waldira, havia participado como convidado de reuniões do Partido Comunista, diz que estas se realizavam cada vez num local diferente (pois o partido estava na clandestinidade desde 1942) e com a presença de dez a quinze pessoas no máximo.

O Sr. Bittencourt se recorda de que, quando aconteceu o movimento militar, o delegado de polícia local era o major Evaristo, responsável pelo fechamento do Sindicato de Indústria e Construção Civil (associação que congregava pedreiros, serventes, carpinteiros, pintores, encanadores e eletricitistas), ao qual ele era associado e exercia um cargo de diretoria. Interrogado pelo major Evaristo, o Sr. Bittencourt descobriu que:

*"O interesse do Major resumia-se na 'caça' aos comunistas e não em simples sindicalistas como nós",*

muito embora, confirma o entrevistado:

*"... houvesse a infiltração de muitos deles no nosso, como nos demais sindicatos da região".\**

Sobre o movimento político marcante que foi o Golpe de 64 — e outros menos intensos, mas relevantes — a maioria dos pioneiros não chega a tecer praticamente nenhum comentário e, quando perguntados, comportam-se tal qual um espectador indiferente ao espetáculo que vê mas não entende. No geral, acabam por repetir o discurso "moralizador" da revolução, assimilado ao longo dos 21 anos de contínua propaganda veiculada pelas instituições, meios de comunicação de massa e até mesmo via partido político. Dona Arolda tenta justificar a sua postura:

*"Talvez tenha sido pelo fato do partido nosso estar aliado aos militares, que não tenhamos conseguido sequer nos aperceber das perseguições executadas por eles no período pós-64".*

O fato é que os entrevistados somente se mostram mais à vontade quando passam a opinar a respeito da administração local e, assim mesmo, sobre um prefeito ou outro, justamente aqueles com quem mantiveram um contato mais estreito, por afinidade ou desafeto; motivos suficientes para aplicarem desmedidos elogios ou as mais acirradas críticas. Nos dois extremos, eles fazem questão de marcar a sua posição política e, em razão disso, têm condições de se reportarem ao período com os detalhismos próprios da parcialidade. Assim, a narrativa pormenorizada constitui-se no elemento

\* Para o Sr. Bittencourt, a lembrança mais forte que ficou dos comunistas foi a Festa de Iº de Maio de 1955(56?), organizada pelo Dr. Amorésio de Oliveira, advogado do seu sindicato e deputado eleito pelo PTB-, "Foi uma festa marcada pelo estilo de comemoração e muito participada pelos trabalhadores que vinham do campo para festejar. Teve muito discurso, almoço de confraternização de graça e em praça pública, seguido de baile e coroação da rainha; tudo sem nenhuma confusão; uma beleza!".

que caracteriza quando o indivíduo, de espectador, torna-se participante do acontecimento político.

Na verdade, é bom que se diga que, em Rondonópolis, havia uma marginalização política generalizada, já que a população era composta por pessoas que, pela própria condição econômica, já são colocadas de lado no jogo político e no sistema. Enquanto isso, uma minoria com consciência política se achava modelada pelos ideais partidários que se misturavam com a História convencional, como foi o caso de Dona Arolda, por exemplo. Isso leva a que se conclua que a narrativa memorialista dos pioneiros de Rondonópolis, quanto ao aspecto da memória política, apenas confirma por um motivo ou por outro os dados oficiais e ilustra a ideologia dominante.

O Sr. Bittencourt, trabalhador simples e experiente, comenta:

*"O pulso forte dos governos militares tinha a vantagem de não permitir essas brigas políticas que vêm acontecendo hoje e que são uma vergonha! (...) Naquele período não vi nenhuma tortura ou morte; as notícias mais importantes a gente sabia pelo rádio ou jornal, porque em Rondonópolis não houve grande alteração política que se possa contar."*

Para o empresário Dijalma Pimenta,

*"Os governos militares apareceram na época certa. Eles fizeram muitas coisas erradas — sendo que uns falharam mais que outros —, mas ainda penso que tenham sido a salvação do país, um mal necessário ... Prova disso foi o próprio impulso de Rondonópolis, que aconteceu realmente após 72, quando o presidente Médici pôs em execução o PRODOESTE e asfaltou nossas estradas".*

Enquanto isso, o Sr. Luiz Lopes Martinez, fazendeiro, profissional liberal e ex-político, faz uma síntese dos momentos dramáticos que viveu nas vésperas da revolução, quando um antigo arrendatário da sua fazenda, empolgado com a política janguista, preparava-se para tomar as suas terras.

*"Com a política de Reforma Agrária proposta por João Goulart, os nervos se acirraram e o Sebastião Lima (arrendatário) voltou-se contra nós. Sucederam-se reuniões locais com a presença de líderes, Não sei se sindicalistas, porém, com certeza, de homens dos partidos de esquerda da época, sob o comando do Rosalvão, entre outros. Os pretensos reformadores já tinham em vista diversas áreas, inclusive a nossa, quando veio a Revolução de 64, que jogou um 'balde de água fria' nos ânimos de todo aquele pessoal e prendeu diversos deles. Contudo, pode-se dizer que um mal maior foi evitado, uma vez que, por muito pouco, a luta armada não chegou às vias de fato; graças a Deus! Ao meu ver a Revolução salvou o Brasil da luta sangrenta ...".*

Até 1980, foram organizadas em Rondonópolis algumas associações que desapareceram no decorrer dos anos, como o citado Sindicato dos Construtores, o Sindicato dos Comerciantes, a Cooperativa Mista Agropecuária e o Sindicato dos Pescadores; enquanto outras permaneceram, como é o caso do Sindicato Rural, a APROBLESMAT e a Associação Profissional dos Carregadores de Café, Algodão e Cereais; há ainda as que foram reestruturadas, como a Associação Comercial e Industrial e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais — entre as mais representativas.

Essas entidades de classe tiveram e têm a finalidade de representar os interesses dos seus associados, seja em caráter assistencial, jurídico, trabalhista ou para pro-

ver-lhes aposentadoria. Com exceção da última organização\*, as demais se mantiveram, o tempo todo, em consonância com o governo da "situação" e funcionando como veículo de reprodução do seu discurso. Muitos dos associados têm feito questão de pertencer à diretoria, também como fator de auto-projeção e trampolim político para disputas de cargos eletivos do Poder Executivo ou do Legislativo. O mesmo acontece com os clubes de serviço (Rotary, Lions, Maçonaria), o que em nada diminui o trabalho por eles desenvolvido em prol da coletividade — obras assistenciais junto aos jovens, aos idosos, aos excepcionais, promoção de campanhas diversas, etc.

## **Bibliografia**

### **1 - livros**

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. Lisboa, Einaudi 5, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, EDUSP, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

GUIMARÃES, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1986.(Mimeo).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Ed. Unicamp, 1989.

NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha de. **Elites Políticas: competição e dinâmica partido-eleitoral (caso de Mato Grosso)**. Rio, Vértice, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1983.

TESORO, Luci Léa L. M. **Problemas partidários do período republicano: impasses da República**. São Paulo, USP, 1989. (Mimeo).

### **3 - publicações periódicas**

Jornal: **A TRIBUNA** (artigos variados citados no texto - período: 1979-1980).

Jornal: **TRIBUNA DO LESTE** (artigos variados citados no texto - período: 1969-1979).

### **3 - entrevistas**

CARVALHO, Delvita de Souza. jun.-jul./1990. 6 h. de gravação.

ESTEVEVES, Bittencourt Lopes. jan.-fev./1988 e jun.-ago./1990. 15 h. de gravação.

\* Segundo o seu Presidente, o Sindicato Rural dos Trabalhadores de Rondonópolis participou da implantação de projetos de Reformas Agrárias, como o da Gleba Cascata (Fazenda Floresta) e o da Várzea do Ouro. Esta última se constituía numa fazenda com área de 416 ha, que fora explorada por garimpeiros até o momento em que o proprietário exigiu a retiradas deles, e aí começou o conflito (iniciado nos anos 60). Em 1963, o Sindicato entrou com processo de usucapião em nome dos 36 posseiros envolvidos e ganhou a causa, sendo que o proprietário entrou com um novo recurso. O fato é que o processo ainda rola no Fórum local, mas a posse já é mansa e pacífica, embora, para que se chegasse a essa vitória em 1989, tenha havido o assassinato do líder dos posseiros e do diretor do Sindicato.

GONÇALVES, Valfrido José. ago./1991. 2 h. de gravação.  
GOUVEIA, Dalva Teixeira. mai./1990. 5 h. de gravação.  
MARTINEZ, Luiz Lopes. jan.-fev./1991. 9 h. de gravação.  
MATOS, Waldira Cavalcante. jul.-ago./1991. 2 h. de gravação.  
MOURA, Daniel Martins. jul.-ago./1990. 5 h. de gravação.  
NOGUEIRA, Wilson de Oliveira. ago.-set./1990. 8 h. de gravação.  
PIMENTA, Dijalma. out./1990. 4 h. de gravação.  
SANTOS, Marcelino Gomes dos; SOUZA, Abelino Cardoso de. jan./1991. 5 h. de gravação.  
SILVA, Arolda Duetti. out./1990. 4 h. de gravação.